

O impacto das novas tecnologias midiáticas na cidadania e na educação¹

The impact of the media's new technologies on citizenship and education

El impacto de las nuevas tecnologías en los medios de comunicación y educación para la ciudadanía

Quêzia Alcântara²

(quezia.alcantara@hotmail.com)

Simone Antoniacci Tuzzo³

(simonetuzzo@hotmail.com)

<http://dx.doi.org/10.5216/cei.v1i1.31210>

Resumo

As novas tecnologias geram impacto social relevante, especialmente no desempenho da cidadania e da educação no complexo mundo atual permeado pela cultura eletrônica e digital. Este é o tema deste artigo que pretende uma análise bibliográfica a partir dos conceitos de mídia, cidadania e educação propostas por teóricos da comunicação como McLuhan, Pierre Lévy, Michel Maffesoli, Edgar Morin, Jesus Barbero e Garcia Canclíni, numa prática democrática, descrita por outros autores.

Palavras-chave: Cidadania. Educação. Tecnologias.

Abstract

New technologies cause a relevant social impact, especially in the performance of citizenship and education in today's complex world permeated by electronic and digital culture. This is the subject analysed here. This paper intends to do a literature review based on the concepts of media, citizenship and education proposed by communication theorists like McLuhan, Pierre Lévy, Michel Meffesoli, Edgar Morin, Jesus Barbero and Garcia Canclini, as democratic practice, that was also studied by other authors.

Keywords: Communication. Dictionary. Lexicography.

Resumen

Las nuevas tecnologías generan impacto social relevante, especialmente en el desempeño de la ciudadanía y de la educación en el complejo mundo actual permeado por la cultura electrónica y digital. El tema de este artículo pretende hacer un análisis bibliográfico a partir de los conceptos de medios, ciudadanía y educación propuestos por los teóricos de la comunicación como Pierre Lévy, Michel Maffesoli, Edgar Morin, Jesus Barbero e Garcia Canclíni, en una democracia práctica, descrita por otros autores.

Palabras clave: Ciudadanía. Educación. Tecnologías.

INTRODUÇÃO

¹ Este trabalho foi desenvolvido dentro do Projeto de Pesquisa Rupturas Metodológicas para uma leitura crítica da Mídia entre os Programas de Pós-Graduação da UFG e UFRJ, que integra a ação transversal nº 06/2011 - Casadinho/Procad.

² Mestranda em Comunicação – linha Mídia e Cidadania –PPGCOM/UFG, graduada em Comunicação Social-Habilitação Jornalismo pela UFG.

³ Doutora em Comunicação pela UFRJ, Mestre e Graduada em Comunicação pela UMESP, Coordenadora do Projeto de Pesquisa Rupturas Metodológicas para uma leitura crítica da Mídia entre os Programas de Pós-Graduação da UFG e UFRJ, que integra a ação transversal nº 06/2011 - Casadinho/Procad. Professora e Orientadora do Trabalho.

A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status”, disse o sociólogo T. H. Marshall. Ele estabeleceu que a cidadania se apóia em três pilares que seriam a conquista dos direitos civis, políticos e sociais, aos quais Duarte explica:

[...] uma parte civil, relativa aos direitos necessários à liberdade individual; uma parte política, referente ao direito de participar no exercício do poder político; e uma parte social, que diz respeito a tudo o que envolva desde o direito a um mínimo bem-estar econômico e segurança até o direito de participar, por completo do que o autor chama de ‘herança social’ (DUARTE, 2009, p.103).

Mais do que benefícios que o Estado concede, é a cidadania fruto de um processo histórico construído a partir da luta e reivindicação dos cidadãos, conforme Jessé Souza (2000. p.23), “generalizou e expandiu aspectos fundamentais da igualdade nas dimensões civis, políticas e sociais, como examinadas por Marshall no seu texto célebre, pode ser percebido como um gigantesco processo de aprendizado moral e político de profundas consequências”.

Este artigo pretende abordar a cidadania a partir de um dos pilares que a sustentam, descrito por Marshall – o pilar dos direitos sociais, e que em seu bojo traz o direito à educação como um dos pressupostos para o estabelecimento da condição de cidadão. Para isso será feito um percurso bibliográfico pela visão do teórico da comunicação e das mídias Marshall McLuhan que abordou o impacto e a influência da tecnologia dos meios de comunicação de massa, além de autores que vêm na interface mídia/educação, os fundamentos para a aquisição do status de cidadão, como: os franceses Edgar Morin, Pierre Lévy e os latino-americanos Jesus Martin Barbero e Nestor García Canclini.

1 AS GALÁXIAS DE MCLUHAN E A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONHECIMENTO

Para entender a atual sociedade e a evolução do estudo das mídias, o doutor em Filosofia e professor canadense Marshall McLuhan (1911- 1980) buscou historicamente as mudanças que a introdução de um novo meio estabelecia com o homem, a cultura, os artefatos, o conhecimento e a educação em suas dimensões simbólicas. Ele estabeleceu três períodos ou galáxias relativas ao processo de construção do conhecimento e responsáveis por influenciar não só o cotidiano como o *sensorius* da humanidade, segundo Olga Pombo (1994) e José Antônio Domingues (2013)

estudiosos portugueses de McLuhan. Vinícius Pereira (2006), professor associado do McLuhan Program em Toronto, vem trabalhando no que poderia ser denominado como o quarto período - a era da cultura digital, ou comunicação em rede, via Internet. Vejamos então as quatro galáxias de McLuhan e seus desdobramentos que influenciaram o desenvolvimento social e educacional do cidadão moderno:

1.1 A primeira galáxia pode ser denominada de cultura oral ou primitiva

Descreve as sociedades não alfabetizadas, as quais McLuhan chamava de “sem letramento”. Ela se caracteriza pelo sentimento coletivo, proximidade, troca e compartilhamento de ideias, medos, mitos. O autor afirma que com a era alfabética e tipográfica, a sociedade se “destribilizou”, mas estava se “retribalizando” pela influência exercida pelos meios de comunicação eletrônicos.

A mensagem do rádio é a de um tambor tribal global (o sino de Hemingway) despertando as memórias mais primitivas... Com o telégrafo, com o elétrico e o instantâneo, encontramos a mesma inclusividade tribal, a mesma totalidade auditiva e oral de campo que é a linguagem (MCLUHAN, 2005, p.48 e 51).

Uma sociedade oral ou tribal possui meios de estabilidade muito além de qualquer coisa possível num mundo visual ou fragmentado e civilizado. O oral e o auditivo são estruturados por um campo total e simultâneo de relações descrito como espaço acústico (MCLUHAN, 1971, p.23).

Maffesoli (1998) corrobora esta afirmação pontuando que a contemporaneidade é “o tempo das tribos” ou “comunidade emocional, de potência e de sociabilidade” e que esta retribalização se potencializou com as mídias digitais. Ele diz que:

A metáfora da tribo, por sua vez, permite dar conta do processo de desindividualização, da saturação da função que lhe é inerente, e da valorização do papel que cada pessoa (persona) é chamada a representar dentro dela. Claro está que, como as massas em permanente agitação, as tribos, que nelas se cristalizam, tampouco são estáveis (MAFFESOLI, 1998, p.8).

Assim como McLuhan, Maffesoli acredita que a principal característica da cultura tribal seja a riqueza dos processos comunicativos mediados pela oralidade, que atualmente é favorecida pela atual “cibercultura”:

É possível imaginar que, correlativamente ao desenvolvimento tecnológico, o crescimento das tribos urbanas favoreça uma “*palabre* informatizada” que retome os rituais da antiga

Ágora. Não seríamos mais confrontados, então, como ocorreu no início, com os perigos do computador macroscópico e desconectado das realidades próximas, mas pelo contrário, graças ao “micro” ou à televisão por cabo, seríamos remetidos à difracção infinita de uma oralidade que se dissemina cada vez mais (MAFFESOLI, 1998, p.38).

A criação do alfabeto e da escrita, para McLuhan, foi o fator que possibilitou a mudança do tribalismo para culturas que passaram a se fixar em locais e cultivar a terra. Mas foi com a criação da tipografia, por Gutenberg, no século VX, que ocorreu a mudança não só no modo como as informações e a cultura eram repassadas às futuras gerações, mas também imprimiu nova filosofia no pensar e agir da sociedade, com a possibilidade de reprodução do saber e massificação dos livros.

Surge assim, a Cultura tipográfica ou visual, que tinha como característica primordial “uma consciência linear, método de segmentação homogênea, fragmentação das tarefas cognitivas, um modo de vida repetitivo”(Pombo, 1994, p.3), que McLuhan explicou:

[...] minha preocupação aqui é determinar o grau de influência que o alfabeto teve sobre os que primeiro o usaram. Linearidade e homogeneidade das partes foram ‘descobertas’, ou antes, mudanças na vida sensória dos gregos sob o novo regime da escrita fonética... A tecnologia de Gutenberg foi mecânica num grau extremo. Ela deu origem a grande parte da posterior revolução mecânica no estilo da linha de montagem e da fragmentação das operações e funções como o próprio fundamento da industrialização. Essa fragmentação começou muito antes, com o homem neolítico, depois do homem caçador e do homem coletor de alimentos (MCLUHAN, 2005, p.94 e 95).

A cultura linear influenciou todo o modo de vida da sociedade moderna, que se urbanizou, construiu cidades planas, com ruas retas, paralelas, no estilo cartográfico. Além de estradas, verifica-se a influência da cultura linear nas estradas de ferro, na linha de produção das fábricas, nos mapas, na arquitetura e outros setores da economia. Também, politicamente houve um tipo de uniformização das linhas de batalha, com formação dos pelotões padronizados, alinhados. Outra influência foi a da repetição de tarefas e atividades, própria de outra tecnologia, o relógio, que fragmentou o tempo, implementando a homogeneidade e a rotineirização dos processos e da vida.

Para o francês Edgar Morin, esse tipo de cultura que gera a fragmentação e o individualismo não promovem cidadania:

O enfraquecimento de uma percepção global leva ao enfraquecimento do senso de responsabilidade – cada um tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada –, bem como ao enfraquecimento da solidariedade – ninguém mais preserva seu elo orgânico com a cidade e seus concidadãos (MORIN, 2003, p. 14).

A cultura tipográfica, cartográfica, descrita por McLuhan, construiu uma ciência altamente especializada, mas também, desconectada, que segundo Morin, também gera outras consequências para o saber:

Paradoxalmente, são as ciências humanas que, no momento atual, oferecem a mais fraca contribuição ao estudo da condição humana, precisamente porque estão desligadas, fragmentadas e compartimentadas. Essa situação esconde inteiramente a relação indivíduo/espécie/sociedade, e esconde o próprio ser humano. Tal como a fragmentação das ciências biológicas anula a noção de vida, a fragmentação das ciências humanas anula a noção de homem (MORIN, 2003, p.36).

O padrão tipográfico influenciou ainda a pesquisa científica em comunicação, o que pode ser observado a partir dos paradigmas funcionalistas, de filosofia positivista tais como a Teoria Matemática e a Teoria Hipodérmica, para as quais a comunicação se processava de um pólo (Emissor) para o outro (Receptor) de forma linear e simplista. DeFleur e Ball-Rokeach descrevem como os pesquisadores viam o processo de comunicação de massa nos primórdios da pesquisa administrativa:

Dada uma visão de uma natureza humana básica uniforme, com destaque para processos não-rationais, mais uma visão da ordem social como sociedade de massa...baseada em mecanismos instintivos(Estímulo-Reação) e a crença de que a mídia se compunha de poderosos recursos... Devido à natureza herdada desses mecanismos, cada pessoa reagia mais ou menos uniformemente (DEFLEUR E BALL-ROKEACH, 1993, p.183).

Nas palavras de Sodré essas pesquisas tiveram influência do positivismo funcionalista:

Tudo isso era bastante influenciado pelo conceito de cálculo informacional, trazido à luz no final dos anos quarenta pelos matemáticos norte-americanos Claude Shannon e Warren Weaver. O objetivo de ambos era a formalização de um sistema geral de comunicação, com vistas a quantificar o custo de transmissão de uma mensagem entre um emissor e um receptor, em face de ruídos indesejáveis no canal. Este modelo linear foi adotado pelos sociólogos e psicólogos da *mass communication research*. (SODRÉ, 2002, p.228).

Essa teoria foi rapidamente refutada pelos estudos da influência seletiva de sociólogos e psicólogos os quais observaram que os indivíduos recebem outras influências e interferências no processo de aquisição simbólica de produtos midiáticos. Surgiram então as Teorias das Diferenças Individuais, da Diferenciação Social e dos Relacionamentos Sociais. Elas evidenciaram que:

Como as impressões digitais, a personalidade de cada ser humano é diversa de qualquer outra. Embora todos compartilhassem os padrões de sua cultura, cada indivíduo possuía

uma diferente estrutura cognitiva de necessidades, hábitos de percepção, crenças, valores, atitudes, habilidades e assim por diante. (DEFLEUR E BALL-ROKEACH, 1993, p.189).

Os autores (1993, p.214) destacam o fato de que ao contrário do que diziam as teorias lineares do processo comunicativo, as teorias de influências seletivas identificaram “diversos conjuntos de variáveis intervenientes modificando o relacionamento” ficando explícito que “cada conjunto de fatores contribuía de certa forma para a seletividade com que as audiências prestavam atenção à mídia”.

McLuhan também criticou os teóricos que viam o processo de comunicação de massa de forma “apocalíptica” e isso fez com que fosse ‘enquadrado’ na categoria de “integrado” criada por Humberto Eco. No entanto, o filósofo canadense, conhecido mais por seus aforismos proféticos, realizou profunda análise do impacto que os artefatos ‘alfabeto’ e ‘tipografia’ causaram na cultura e na sociedade justamente devido à filosofia da cultura linear e mecanicista.

2.2 O meio e a mensagem na era eletrônica e digital

A Cultura eletrônica ou dos Meios de Comunicação de Massas se instaurou com o surgimento da eletricidade e causou o que o professor de Toronto chamou de revolução. Neste período mudou-se a forma de disseminação de conteúdos, tornando-a massiva e alterando questões de espaço e tempo, permitindo não só a gravação e a reprodução de formas simbólicas entre pessoas distantes e em épocas diferentes, mas também a velocidade e a instantaneidade. Esse período se iniciou com o telégrafo, no século XVIII, passando por vários tipos de tecnologias que substituíram os processos mecanicistas de produção da informação e se impuseram definitivamente com os meios de comunicação de massa, no século XX.

E eis que de repente constatamos que a eletricidade ou o eletromagnetismo, que parecem ter um princípio totalmente diferente, são no entender de alguns, uma extensão de nosso sistema nervoso, e não meramente uma extensão de nosso corpo. Se a roda é uma extensão dos pés, e as ferramentas, das mãos, das costas ou dos braços, o eletromagnetismo parece ser, em suas manifestações tecnológicas, uma extensão dos nossos nervos e se torna, acima de tudo, um sistema de informação (MCLUHAN, 2005, p.95).

As transformações que o meio eletrônico trouxeram à sociedade e à transmissão do conhecimento e da tradição são pontuadas pelo professor belga, naturalizado canadense, Derrick de Kerckhove, tradutor dos livros de Marshall McLuhan para o francês e conhecido como seu sucessor:

Quando o mundo ocidental era apenas governado pelos livros, havia um interior e um exterior da nossa experiência psicológica. O reino exterior era público, coletivo, estável, seguro e objetivo. Era institucionalizado pela lei, educação e ciência. O reino interior das nossas mentes permanecia privado, pessoal e subjetivo. Contudo, as mídias em direto, como o rádio e a televisão, aceleraram o processamento externo de informação e começaram a diluir a distinção entre público e privado. Se a leitura da palavra impressa é uma experiência verdadeiramente privada, assistir à televisão ou entrar na Internet, não o são...A TV é um barômetro da psicologia global, não local. É a nossa psicologia global eletrônica, fornecendo-nos noções comuns de tempo, espaço e sociedade (KERCKHOVE, 2009, p.224).

Também de uma visão otimista, seu antecessor McLuhan supunha que a tecnologia eletrônica transformaria o mundo em uma “aldeia global”, integrada. Isso somente ocorreu, anos depois com a criação da rede mundial de computadores, daí que McLuhan é chamado de profeta da Internet.

A Cultura digital ou da Aldeia Global é o período previsto e não vivenciado pelo professor canadense que morreu em 1980, e que marca a contemporaneidade. Apesar de não vivenciar a galáxia digital, McLuhan (1971, p.17) previu esse novo ambiente de interação: “A cultura eletrônica da aldeia global coloca-nos frente a frente com uma situação na qual sociedades inteiras se entrecomunicam por uma espécie de gesticulação macroscópica”. Outras expressões usadas por ele antevendo a cultura digital foram: “cérebro tecnológico do mundo (1962, p.59) e “novos modelos e estruturas de interdependência humana” (1962, p.19).

A cultura digital possui uma outra linguagem alterando os processos analógicos da Galáxia eletrônica. Com a eletricidade os processos lineares sofreram uma quebra, uma ruptura, visto que tecnicamente a eletricidade possui uma outra dinâmica de condução, como por exemplo, as ondas eletromagnéticas que se propagam de forma aleatória, não-linear. Além dessa diferenciação propriamente física, a nova tecnologia criou mais que um novo meio de comunicação ou ferramenta de interação, mas uma nova ambiência.

Barbero (2001, p. 52) afirma que o encontro das tecnologias eletrônicas e digitais produziu um “ar de família” visto que “entre as diversas telas que reúnem nossas experiências laborais, domésticas e lúdicas”. E acrescenta:

[...] reconfigura os trajetos de rua e até as relações com nosso corpo, um corpo apoiado cada vez menos em sua anatomia e mais em suas extensões ou próteses tecnomidiáticas: a cidade informatizada não necessita corpos reunidos, mas interconectados... o que constitui a força e a eficácia da *cidade virtual*, entretida pelos fluxos informáticos e pelas imagens televisivas, não é o poder das tecnologias em si mesmas, mas sua capacidade de acelerar, ampliar e aprofundar tendências estruturais de nossa sociedade (BARBERO, 2001, p.52).

McLuhan explica com outras palavras os impactos que a cultura e a sociedade sofreram com a convergência midiática:

[...] Significa um novo mundo de autonomia e descentralização nos negócios humanos.... os movimentos têm em comum uma ênfase no pluralismo e acentuam a participação e o envolvimento... Somos indivíduos esmagados pela consciência coletiva (MCLUHAN, 2005, p.86).

Ele afirmou que o homem da sociedade da informação tende a ser mais participativo e inclusivo, como nas antigas sociedades tribais:

A cibernética tende a restaurar os padrões de trabalho e saber integrais e inclusivos que caracterizaram a idade do caçador do coletor de alimentos, mas tendeu a desaparecer com o advento da revolução neolítica ou especializada no trabalho e na atividade humana (MCLUHAN, 2005, p.78).

As pesquisas do canadense não se restringiram a descrever a história das mídias, desde a invenção do alfabeto até a cibernética/automação, mas também a observar o impacto que a introdução de uma nova tecnologia causava no meio em que estava inserida, especialmente na área educacional.

3 UMA NOVA ESCOLA NA GALÁXIA DIGITAL

A escola foi uma das estruturas que mais se transformou ante o desenvolvimento tecnológico da difusão de informações. Para o filósofo canadense o setor educacional teve participação decisiva nessas mudanças. Ele mostra e ao mesmo tempo critica o fato de que a escola tenha uma pedagogia voltada para a guerra, outro fator que impulsionou a criação de artefatos no mundo moderno. “A guerra como um componente considerável na indústria da educação, sendo ela mesma uma forma de educação” (McLuhan, 1971, p.124), afirma, dando como exemplo de Napoleão, que tinha a seu serviço linguistas e estudiosos que estudavam a cultura dos povos a serem conquistados e que tesouros despojar.

McLuhan observa também estudos sobre a influência de receptividade do rádio nas campanhas nazistas e como a sociedade americana vivenciou a Guerra do Vietnã, sem sair do sofá da sala. Critica as técnicas repetitivas e mecanicistas dos métodos educativos, que engessam o educando, e desafia para a construção de uma “aula sem paredes”:

A notável quantidade de níveis de informação que existe fora da sala de aula, no ambiente, excede de longe o montante de dados e informações existentes dentro dela. E isso vem de longe. Está ocorrendo cada vez mais depressa e numa escala cada vez maior... No passado humano comum, o conhecimento e a informação eram maiores dentro da sala de aula do que fora dela (MCLUHAN, 2005, p. 127).

A correspondência entre os métodos lineares e o desenvolvimento escolar foi enfatizada por Barbero (2001, p.56), para quem, “a revolução cultural, introduzida pela imprensa, instaurou um mundo de separação, feito de territorialização das identidades, gradação/segregação das etapas da aprendizagem”.

Essa correspondência estrutura a informação escolar de forma tão sucessiva e linear que todo atraso ou precocidade são tachados de anormal, ao mesmo tempo em que a comunicação pedagógica é identificada com a transmissão de conteúdos memorizáveis e reconstituíveis... E é este modelo mecânico e unidirecional ao qual responde a leitura passiva, que a escola fomenta (BARBERO, 2001, p. 57).

Esse ensino mecanizado e unidirecional também é criticado por McLuhan (1964, p.401), para quem “o mercado e o ensino projetados para serem atendidos pelos produtos do trabalho servil e da produção mecânica, já não são mais adequados”. O objetivo da educação do homem tipográfico, ora ultrapassada era obter “cidadãos uniformemente treinados e homogêneos de preparação demorada e tão necessários a uma sociedade mecanizada” (McLuhan, 1964, p.396).

O professor da Escola de Toronto reafirma que “há muito tempo que a nossa educação está marcada pelo caráter fragmentário e parcelado do mecânico”. O autor alerta ainda que o mundo altamente acelerado pela eletricidade e eletromagnetismo requer mudanças que nem todas as sociedades estão dispostas a realizarem:

Como educadores e cidadãos responsáveis, temos de indagar se escolhemos pagar o preço de uma mudança tecnológica que não só substitui espaços e tempos múltiplos pelo nosso velho mundo euclidiano, mas que também puxa o tapete de sob todos os nossos procedimentos legais, políticos e educacionais dos últimos trezentos anos no mundo ocidental. Essas conseqüências decorrem simplesmente da aceleração do fluxo de informações à velocidade e em nível eletrônicos. Hoje, reconstruímos culturas e períodos passados em todas as suas interrelações vivas em vez de tentar desenvolver um ponto de vista único (MCLUHAN, 2005, p.46 e 47).

Um dos autores da contemporaneidade que mais dialoga com Marshall McLuhan é o francês Pierre Lévy. Ele possui em sua bibliografia livros, como “A Cibercultura” e “Inteligência Coletiva” que igualmente descrevem histórica, social e culturalmente o desenvolvimento tecnológico e seu

impacto no sentido de formação de uma “inteligência coletiva” que o canadense chama de “aldeia global”. Lévy inclusive aborda o problema da nova escola, afetada pela aceleração da informação e globalização do saber e conclui:

Devemos construir novos modelos do espaço dos conhecimentos. A uma representação em escalas lineares e paralelas, em pirâmides estruturadas por «níveis», organizadas pela noção de pré-requisitos e convergindo até saberes «superiores», tornou-se necessário doravante preferir a imagem de espaços de conhecimentos emergentes, abertos, contínuos, em fluxos, não-lineares, que se reorganizam conforme os objetivos ou contextos e nos quais cada um ocupa uma posição singular e evolutiva. (LEVY, 1998, p.01)

Esta nova configuração visual estabelecida por Levy para o ciberespaço é possivelmente a mesma que McLuhan (1962, p.15) chama de galáxia, que “é ela própria o mosaico de formas em perpétua interação pelo qual se operou e se opera a caleidoscópica transformação”. A visão caleidoscópica, para McLuhan (1964, p.401), alterou significações e visões do mundo que “sofre agora a pressão crescente das forças que a impelem para a profundidade e a interrelação indispensáveis no mundo da organização elétrica”.

Também partilha do mesmo pensamento para o setor educacional nos dias atuais altamente complexo – que pode ser comparado com a visão caleidoscópica do mundo pós-moderno, o teórico francês Edgar Morin:

A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional (MORIN, 2003, p.59).

Em suma o que os autores transmitem é a ideia de que a sociedade em constante transformação social, impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico e pelas novas descobertas geradas pela construção do conhecimento, composta por sujeitos diversos, que se adaptam a essas mudanças e produzem um sentido sócio-cultural para suas vidas, necessita criar uma escola que dê conta da complexidade do mundo atual, global, mas focado no sujeito, inserido em sua localidade, aonde ainda se pode produzir vínculos afetivos e dialógicos, conforme Sodré (2002, p.234).

4 A CIDADANIA NA ALDEIA GLOBAL

A Aldeia Global proposta por McLuhan pode ser comparada com um tipo de Esfera Pública nos moldes descritos por Jürgen Habermas (2003) para denominar o espaço público de interação da classe burguesa para discussão de vários temas em cafés e salões europeus. Tal esfera estava situada entre a sociedade civil e o poder organizado do Estado e teve um papel importante para o estabelecimento da democracia, uma vez que ali é que se formava a opinião pública em meados do século XVIII. A atuação dos atores da esfera pública obrigava o Estado a dar publicidade aos seus atos, um dos princípios do Estado Democrático de Direito.

Com a institucionalização da imprensa, que também estava em franca ascensão, esta esfera deslocou-se para os periódicos, que incorporaram cada vez mais em suas pautas, os assuntos gerados nos salões pela classe burguesa. Assim, os jornais começaram a oferecer a pauta para as discussões e a buscar nas rodas de discussão, novos assuntos para publicar. A imprensa periódica passou a ocupar, pouco a pouco, o lugar de esfera pública, porém, da forma como foi criada e consolidada, deu-se o deslocamento das discussões dessa esfera pública para uma esfera institucionalizada, o que trouxe uma série de consequências, entre elas, o distanciamento do cidadão das discussões e debates sobre o que o poder público faz, quadro atual da sociedade.

Habermas (2003) compara esse novo espaço público da nascida sociedade burguesa à semelhança das *Ágoras* da antiga Grécia. Na sociedade contemporânea, autores como Castells (2001), Lévy e Lemos (2010) defendem que Internet é um tipo de ambiente que promove uma nova esfera pública, participativa, interativa, “um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em nenhuma, um computador hipertextual, disperso, vivo, pululante, inacabado, virtual, um computador de Babel: o próprio ciberespaço”(Lévy, 1999).

A possibilidade tecnológica da nova mídia eletrônica para a participação do cidadão é destacada por Máximo di Felice (2010, p.02): “A comunicação digital tem um impacto muito forte na relação entre o indivíduo e o território, porque ela altera a forma de construção e de repasse das informações”.

Este sociólogo explica que desde a antiga Grécia até o surgimento da imprensa e mais tarde da televisão, a forma de comunicação tradicional era feita unidirecionalmente e analogicamente, “baseada na emissão de uma mensagem por um emissor e recebida por um público que não é passivo completamente, mas que, tecnologicamente, não pode emitir mensagem; com a comunicação digital temos a alteração desse fluxo comunicativo, a criação de uma forma de

comunicação em rede onde todos os indivíduos são, ao mesmo tempo, emissores e receptores”, o que para ele é uma revolução da democracia e o estabelecimento da cidadania.

Di Felice (2010, p.01) diz que “o conceito de esfera pública se altera profundamente e, se cria uma relação onde qualquer indivíduo pode dialogar com os demais, criar conteúdo e experimentar novas formas de participação on-line”, diferentemente do que o Brasil experimenta hoje, onde “temos uma divisão social muito grande, onde a esfera pública estava limitada aos grandes meios de comunicação”.

André Lemos e Pierre Lévy (2010, p. 192) também defendem que “... é o ciberespaço como um todo que constitui uma imensa ágora virtual, labiríntica e fractal. Mas parece que comunidades virtuais especialmente concebidas para favorecer o diálogo e a deliberação política sejam levadas a desempenhar um papel importante na ciberdemocracia do futuro.” E mais:

As ágoras virtuais são provavelmente um dos melhores instrumentos capazes de transformar essa condição favorável em realidade efetiva, contribuindo à emergência de uma cidadania tensionada em direção a uma melhor inteligência coletiva... as ágoras virtuais são comunidades virtuais multipartidárias, centradas sobre questões políticas cujo principal objetivo é apoiar o diálogo, a deliberação, a decisão e a ação de todos os cidadãos que desejam delas participar (LEMOS e LÉVY, 2010, p.192 e 193).

As comunidades virtuais por meio das redes sociais fazem com que a comunicação e a divulgação sejam cada vez mais amplificadas e customizadas. Diz Recuero (2009, p.16) que “... essa comunicação... amplificou a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços... essas redes conectam não apenas computadores, mas pessoas”. E são as pessoas os novos emissores de conteúdo, são as pessoas que estão voltando a ter uma comunicação mais interativa, mais dialógica que se tornam sujeitos no processo comunicacional que não têm só o direito à informação, mas têm a possibilidade de checar se os fatos informados são verdadeiros ou não. Canclini descreve as novas formas de comunicação em rede:

A organização em redes possibilita exercer a cidadania para além do que a modernidade esclarecida e audiovisual fomentou para os eleitores, os leitores e os espectadores. Diariamente estão sendo difundidas informações eletrônicas alternativas que transcendem os territórios nacionais e são desmentidos em milhares de webs, blogs e e-mails os argumentos falsos com que os governantes justificam as guerras, a tal ponto que as emissoras de rádio e televisão, que repetiam a falsidade, às vezes se vêem obrigadas a reconhecer o embuste... As redes virtuais alteram os modos de ver e ler, as formas de reunir-se, falar e escrever, de amar e saber-se amado à distância, ou talvez, imaginá-lo. Outras formas de ser sociedade e de fazer política emergem (CANCLINI, 2008, p.30 e 54).

A dúvida de Canclini (2008, p.29) é se com a Internet o mundo chegará “à democracia de duas mãos de direção: os cidadãos envolvidos em um assunto participarão da decisão governamental e o Estado deixará transparentes, suas contas, nas telas?” Ele duvida de que a nova mídia promova a cidadania, visto que “a intervenção de cidadãos não consegue mudar a centralização da organização da informação e a tomada de decisões”, e destaca que:

Os usuários da Web são chamados de visitantes e quem visita não dita as normas da casa, ainda menos quando se trata de uma casa tão peculiar em que há mais lixo que entra do que sai. São tantas as inseguranças da rede que já se está pedindo a criação do defensor do internauta. Não só para proteger os menores como também para promover concorrência menos desleal entre as empresas, dar confiabilidade à informação e reduzir a brecha digital (CANCLINI, 2008, p.29).

Outro problema apontado por Kerckhove é a convivência com culturas diferentes das locais, em ambientes desterritorializados:

As telecomunicações impõem forçosamente uma associação; foi-nos imposta uma situação implosiva – e potencialmente explosiva. As comunidades humanas que vivem em diferentes velocidades, com níveis muito diferentes de experiência social, são lançadas de encontro umas às outras, sem aviso nem mediação. Não há protocolo que nos prepare para estes confrontos desorganizados, não há treino para o comportamento social e coletivo. (KERCKHOVE, 2011, p.200)

Além desses problemas descritos pelos teóricos argentino e canadense, a pesquisadora brasileira Cicília Peruzzo aponta a falta de acesso digital das camadas menos favorecidas como um entrave para o exercício da cidadania e da democracia:

A democratização do acesso e manuseio da Internet no Brasil tem como dificultador as condições da pobreza da população. Em primeiro lugar, para se poder conectar à rede é preciso dispor de infraestrutura básica – linha telefônica e computador, mais uma placa de rede e pagar pelos serviços de um provedor da Internet, além dos custos e aquisição de softwares. Em segundo lugar, não basta dispor dessas condições, é preciso dominar – por minimamente que seja – o manuseio do computador e os recursos da Internet (PERUZZO, 2005, p. 273).

O desafio de tornar a ambiência on-line mais segura para os internautas, talvez seja o problema com mais possibilidade de solução. Já, o acesso da rede a mais de 90 milhões de

brasileiros⁴ dependem de políticas públicas que incluam o direito à informação e à conectividade em seu escopo, o que fica na dependência de dispositivos legais que partem do Executivo e Legislativo. O direito à informação também está imbricado ao acesso a uma educação de qualidade que inclua em seus currículos o ensino e a qualificação para o meio digital.

CONCLUSÃO

Este artigo se propôs a conhecer o percurso histórica e social do desenvolvimento tecnológico das mídias e seu impacto na cultura e educação a partir das observações do filósofo McLuhan. As formas como essas mudanças influenciaram o ensino voltado para a guerra não produziram cidadania para a sociedade conforme outros autores, que apontaram ainda o fato de que as novas mídias produziram novos conhecimentos e novas formas de aquisição do saber e novas demandas, o que implica outro modelo de cidadania.

Isto porque cidadania na contemporaneidade requer mais que o estabelecimento dos três tipos de direitos descritos por Marshall. Cidadania numa sociedade informacional requer mecanismos de participação dessa nova ambiência, que permeia os processos de aquisição do conhecimento e de realização laboral. Conforme Paiva (2005. p.23) o conceito de cidadania necessita ser reinterpretado, “conjugado com outras necessárias e fundadoras prerrogativas, que já não podem ser concebidas sem uma estreita e simbiótica interrelação”.

A cidadania atualmente perpassa pelo acesso às novas mídias, pela apropriação de conteúdos simbólicos significativos, pela produção e emissão de conteúdos que a *net* produz com a liberação do pólo emissor, pelo estabelecimento de vínculos e interações capazes de promover concretamente e presencialmente a efetiva participação solidária. Isso requer uma nova escola que estude as mídias, sua influência, seu potencial democratizante, bem como, as contradições e possibilidades de exclusão que carregam em seu bojo. Requer olhar sem preconceitos para as mídias, tradicionais ou do ambiente digital-rediático, como co-participativas das práticas pedagógicas e da cidadania.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Nestor García. **Leitores, espectadores e internautas**. Tradução Ana Goldberguer. São Paulo: Iluminuras, 2008.

⁴ De acordo com o Ibope/2012 mais de 90 milhões de brasileiros têm acesso, de alguma forma, à Internet, o que corresponde a 43% do total de habitantes do Brasil, que segundo o IBGE é de quase 200 milhões de habitantes. Isso, no entanto não significa que esse acesso produza cidadania e venha acompanhado da difusão do conhecimento, por problemas de interpretação do excesso de informações ou do acesso à educação de qualidade no país.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

DI FELICE, Máximo. **Democracia direta é tecnologicamente possível**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/democracia_direta_e_tecnologicamente_possivel>. Acesso em: 4 jun. 2012.

DOMINGUES, José Antônio. **O paradigma mediológico**: Debray depois de McLuhan. Covilhã, PT: LabCom Books, 2010. Disponível em: <<http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/33>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

KERCKHOVE, Derrick de. **A pele da cultura**. São Paulo: Annablume, 2009.

LE MOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LEVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. Tradução Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: USP, 1977.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**: Understanding Media. Tradução Décio Pignatari. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

MCLUHAN, Marshall. **O meio é a mensagem**. Tradução Ivan Pedro de Martins. São Paulo: Record, 1969.

MCLUHAN, Marshall. **Guerra e paz na aldeia global**. Tradução Ivan Pedro de Martins. São Paulo: Record, 1971.

MCLUHAN, Stephanie; STAINES, David. **McLuhan por McLuhan**: conferências e entrevistas. Tradução Antônio Danesi. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PAIVA, Raquel. Mídia e Políticas de Minorias. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PERUZZO, Cicília. Internet e democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à Comunicação. In: MELO, J. M. de; SATHLER, L. **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Paulo: Umesp, 2005.

POMBO, Olga. O Meio é a Mensagem. In: POMBO, O. (org.); **McLuhan, a escola e os media**. 1º Caderno de História e Filosofia da Educação. Lisboa: ed. Dep. Educação da Fac. Ciências de Lisboa, 1994, p. 40. Disponível em: <www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/cadernos/mcluhan/estudo_mcl_olga.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

PEREIRA, Vinícius Andrade. Marshall McLuhan, o conceito de determinismo tecnológico e os estudos dos meios de comunicação contemporâneos. **Unirevista**, [S.I.], v. 1, n. 3, julho 2006.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. [S.I.]: Ed. UNB, 2000.